

Sindicalistas lançam movimento contra legislação autoritária

Reportagem Local

A Assembléia Nacional Constituinte, a ser virtualmente convocada pelo governo Tancredo Neves, só será democrática e popular se precedida da remoção urgente de todo o entulho, institucional ou legal, do autoritarismo forjado pelos quase vinte e um anos de regime militar. E para que incorpore um conteúdo social e garanta reformas estruturais em contraposição aos interesses das classes economicamente poderosas, é necessária a ampla mobilização dos sindicatos e entidades da sociedade civil, na defesa de suas propostas e eleição de seus representantes.

Esta foi a opinião que prevaleceu, de forma consensual, entre os oradores que participaram do ato de lançamento da campanha "Os Trabalhadores e a Constituinte", organizada pelo Sindicato dos Metalúrgicos da Capital, que representa uma categoria de 330 mil trabalhadores. O ato, realizado na sede da entidade, reuniu representantes de partidos políticos legais ou não e líderes sindicais, independentes ou ligados à Conclat, com a presença de aproximadamente quatrocentas pessoas.

"Não vamos aguentar o tacho em cima do movimento sindical até 86. É hora de os sindicatos se organizarem e cobrarem as promessas feitas pelo presidente eleito Tancredo Neves, antes da Constituinte. Queremos mudanças e não promessas", disse o presidente do sindicato, Joaquim dos Santos Andrade, 57, em sua fala no final da sessão.

O presidente regional do PDT, Rogê Ferreira, dizendo não ter dúvidas de que a próxima Constituinte será palco de uma derrama inédita de dinheiro dos setores envolvidos com o capital internacional, na defesa de seus interesses, sustentou que a representação majoritária das camadas populares somente será al-

cançada com a mobilização nas escolas, praças, fazendas e sindicatos.

O deputado estadual Aluisio Nunes, representando o PMDB regional, disse que a Constituinte é a fórmula final para consolidar um sistema democrático. Considerou indispensável a mobilização dos segmentos sociais no sentido de conseguir a revogação de todos os instrumentos deixados pelo regime militar, como a Lei de Segurança Nacional, de Imprensa e de Greve, e a consequente liberdade ampla de organização partidária e sindical.

Os representantes dos partidos políticos não legalizados presentes ao encontro, Partido Comunista Brasileiro (PCB), Partido Comunista do Brasil (PC do B) e Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), saudaram a eleição de Tancredo Neves, entendendo-a como "vitória" da mobilização de massas. E foram unânimes em defender a remoção do entulho autoritário e liberdade de organização partidária.

Constituinte em 86

O deputado federal Alberto Goldman (PMDB), 33, voltou a defender a transformação do Congresso a ser eleito em 15 de novembro de 86 em Constituinte. Disse que essa proposta apresentada no Congresso em março de 84 "não é a ideal, nem a que eu desejaria, mas é a que é possível no momento".

O período pré-Constituinte, na sua opinião, é "muito importante para que todos os setores da sociedade aprofundem o debate e se mobilizem e para que todo o entulho e a sujeira da atual legislação sejam eliminados". O deputado federal explica que são urgentes a mudança das legislações partidárias e eleitoral, para garantir "a mais ampla liberdade de organização partidária e eliminar as sublegendas e a vinculação de votos".